

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Light faz acordo com GP para realizar oferta de ações	2
Título: Petrobras: nova fórmula pode gerar desabastecimento de diesel	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: BNDES adia venda de distribuidora da Eletrobras no AM	4
Título: Em clima de desânimo, setor de infraestrutura discute agenda	5
Título: Sob pressão, agências reguladoras defendem lei contra indicação política	6
Título: Nova fórmula de cálculo pode provocar falta de diesel, diz Petrobras	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Plano de Alckmin prevê mais poderes na Fazenda	9
Título: AGU tenta retomar venda de distribuidoras	10
Título: Petrobrás ataca plano da ANP para diesel	11
Título: Petros e Previ rejeitam proposta do Mubadala para comprar Invepar	12
VEÍCULO: Correio Braziliense	13
Título: AGU tenta suspender liminar contra leilão	13
Título: Petrobras terá de abrir formação de preços	14
Título: Na gangorra de valores, gasolina cai um pouco	15
Título: Energia da biomassa	16

VEÍCULO: O Globo**Data: 18/08/2018****Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez E Bruno Rosa****Título: Light faz acordo com GP para realizar oferta de ações**

Papel sobe 4,12%. Objetivo é se desfazer de parte dos papéis da Cemig e evitar uma estatização

A Light pretende fazer uma captação de recursos por meio de uma oferta pública de ações ordinárias (ON, com direito a voto) na Bolsa de Valores. O objetivo da operação, de acordo com fontes, é afastar o risco de a distribuidora de energia elétrica do Estado do Rio voltar a ser estatal 22 anos após ter sido privatizada.

A Light atua em 31 municípios, incluindo a Região Metropolitana. O risco existe porque a Cemig, estatal mineira de energia, é a principal acionista da Light, com 48,86% das ações. Em novembro, os bancos Santander, Votorantim e Banco do Brasil devem exercer a opção de venda de suas participações, e a Cemig terá de comprar os papéis, em razão de uma cláusula prevista em acordo entre os acionistas.

Assim, a Cemig passaria a deter 52,12% do capital total da distribuidora carioca. —Com isso, o objetivo da operação é que seja vendida ao mercado parte das ações em poder da Cemig—destacou uma fonte que acompanha a operação da empresa. Em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na noite de quinta-feira, a Light informou ainda que, "como um ato preliminar e preparatório" para essa oferta de ações, celebrou um memorando de entendimentos não vinculante com a GP Investments, uma gestora de fundos de investimentos.

Por esse acordo, a GP pode adquirir uma parte das ações da Light durante a oferta na Bolsa. —Assim, a ideia é que parte vá para a GP, e a outra seja via mercado. Isso foi pensado para que a operação consiga ser realizada. Mas tudo vai depender das condições dos investidores. Há vários cenários sendo trabalhados pelas empresas —completou a fonte.

MOMENTO COMPLICADO

A Light, no entanto, informou que a realização da oferta e o acordo com a GP estão sujeitos a diversos fatores e condições de mercado. A companhia

destacou que, neste momento, não há "qualquer tipo de garantia de que ela venha a se efetivar". Analistas ouvidos pelo GLOBO acreditam que a operação só deve ser realizada após o período eleitoral. Mesmo assim, as ações da Light avançaram 4,12%, a R\$ 13,90 após a empresa anunciar que avalia a oferta de ações e que assinou memorando de entendimentos com a GP. Em relatório, o BTG Pactual destacou que a operação é "incerta".

Disse ainda que uma injeção de capital é bem-vinda e que uma eventual entrada da GP na Light é positiva, já que a gestora tem experiência em reestruturar empresas da área. O banco também destacou o risco de a empresa voltar a ser estatal. "A Cemig tem que achar uma alternativa para prevenir que a Light volte a ser controlada pelo estado. Entretanto, a operação traz preocupação por conta das eleições".

Pedro Galdi, da Mirae Corretora, também acha pouco provável que a operação seja bem-sucedida neste ano: —A companhia já tentou esse tipo de operação e não conseguiu. Atrair investidores em um momento como o atual é complicado. Em período de eleição, todas as operações foram suspensas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/08/2018

Seção: Economia

Autor: Reuters, com Ramona Ordoñez

Título: Petrobras: nova fórmula pode gerar desabastecimento de diesel

Gerente executivo da estatal afirma que modelo precisa levar em conta custos de importação até o ponto de venda

A Petrobras avalia que a nova fórmula proposta pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) para calcular o preço de referência para a concessão de subsídios ao diesel, a partir de 31 de agosto, poderia trazer risco de desabastecimento. O programa foi criado em junho, como resultado da greve de caminhoneiros contra os preços do diesel. No início, foi usado como referência um preço da Petrobras antes da intensificação dos protestos de maio.

Depois, a ANP definiu que nova fórmula seria usada a partir de 31 de agosto. Durante audiência pública para discutir o novo cálculo proposto pela agência, o gerente executivo de Marketing e Comercialização da Petrobras, Guilherme França, defendeu que a autarquia mantenha a atual metodologia de cálculo do subsídio. Ao se inscreverem para participar do programa, empresas precisam

congelar os preços do diesel em patamares estipulados pelo governo, contando que serão ressarcidos em até R\$ 0,30 por litro, dependendo das condições de mercado.

Mas a fórmula apresentada pela autarquia não foi bem recebida. A principal crítica é que o cálculo levaria a uma redução do preço de referência praticado hoje, principalmente por não contabilizar custos de internalização de diesel importado, considerando apenas custos até o porto. —Vai inviabilizar a oferta de produto importado no âmbito do programa de subvenção —disse França, que ressaltou que a proposta da ANP gera "potencial risco de desabastecimento". Para a Petrobras, o preço precisa levar em conta todos os valores empenhados por uma empresa que importa o produto até seu ponto de venda.

—Não vemos como ter racionalidade econômica o preço da subvenção ser o preço na costa, que é o mais barato de todos. Teria que ser o preço médio de toda a região —acrescentou França. A Petrobras defende que seja mantida a atual metodologia de cálculo. Apesar de ponderar que "não é o ideal", França afirmou que as empresas já aprenderam a lidar com ela. Sérgio Araújo, presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis também vê risco de desabastecimento no curto prazo: —É inviável. Ninguém vai importar: nem a Petrobras nem os agentes privados.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/08/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: BNDES adia venda de distribuidora da Eletrobras no AM

São Paulo- A Eletrobras informou que o BNDES alterou o leilão da distribuidora da Eletrobras no Amazonas. Previsto para o dia 30 de agosto, o leilão da subsidiária foi adiado para o dia 26 de setembro.

O cronograma para as outras três empresas do Norte (Rondônia, Roraima e Acre) está mantido. A venda da Ceai (Alagoas) está travada por liminar do STF (Supremo Tribunal Federal).

O leilão sofre com fortes entraves. Para viabilizar a venda das distribuidoras do Norte, será preciso aprovar um projeto de lei que transfere dívidas bilionárias das empresas para a conta de luz, segundo analistas. Há ainda resistência por parte de sindicatos do setor, que têm buscado travar a privatização na Justiça.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 18/08/2018****Seção: Mercado****Autor: Flavia Lima****Título: Em clima de desânimo, setor de infraestrutura discute agenda**

São Paulo- O setor de infraestrutura apresenta uma lista de 21 medidas consideradas essenciais para o próximo governo na segunda-feira (20), em evento em São Paulo com 500 empresários.

Dentro dessa agenda prioritária, ao menos 13 medidas poderiam ser aprovadas ainda em 2018, mas dependem do comprometimento do Legislativo e do Executivo, diz a Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base).

Como faltaria articulação entre os Poderes, a perda de ânimo é geral. "Não somos ingênuos aponto de crer que o espírito público seria determinante para concluir a tramitação das medidas, diz Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib.

Mas seria importante, diz ele, que o Congresso aproveitasse algumas poucas janelas para votação", afirma.

O mau humor se deve, em especial, à decisão do Senado de não votar antes do período eleitoral dois projetos de lei considerados estratégicos para o investimento em infraestrutura: a cessão onerosa do pré-sal e a privatização das distribuidoras de energia da Eletrobras.

Além disso, diz a Abdib, o Executivo poderia solucionar ainda neste ano outros três assuntos: a devolução de concessões mediante indenização, a prorrogação antecipada de concessões ferroviárias e a solução privada para concessões rodoviárias.

Cinco candidatos devem discutir a agenda: Marina Silva (Rede), Fernando Haddad (PT), Ciro Gomes (PDT), Henrique Meirelles (MDB) e Geraldo Alckmin (PSDB).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 18/08/2018****Seção: Mercado****Autor: Taís Hirata****Título: Sob pressão, agências reguladoras defendem lei contra indicação política**

Projeto que altera regulação de órgãos tenta restringir influência de governantes e TCU

São Paulo- Em meio a crescente pressão sobre as decisões das agências reguladoras, analistas e representantes dos órgãos defendem mudanças de regras do setor, que hoje está em tramitação no Congresso.

Além das críticas às frequentes indicações políticas nas diretorias, os órgãos têm sido alvo de interferência do TCU (Tribunal de Contas da União).

O projeto de lei que altera as normas das agências traz medidas que ajudam a blindar os órgãos dessas influências.

Uma pesquisa da FGV (Fundação Getulio Vargas) de 2016 mostrou que 81% das nomeações em agências reguladoras vêm de órgãos públicos.

Os indicados saem das próprias agências reguladoras, de ministérios, de estatais, do Senado ou de outros órgãos públicos. Foram analisadas 18 agências, federais e estaduais.

Segundo a professora da FGV Juliana de Palma, 6% dos dirigentes são do setor privado.

Um dos principais focos do texto é coibir indicações políticas, com a definição de requisitos para a nomeação nas agências — como a exigência de formação acadêmica compatível com o cargo ou experiência profissional.

"Quando as agências foram criadas, no fim dos anos 1990, a expectativa era que se aperfeiçoassem, mas o que ocorreu foi o contrário", afirma Sérgio Lazzarini, professor de estratégia do Insper.

Em evento na Fiesp (Federação da Indústria do Estado de São Paulo), nesta sexta-feira (17), representantes de diversas agências — Anatei (telecomunicações), ANTT (transportes), ANP (óleo e gás), ANA (água) e Antaq (transporte aquaviário) — defenderam a aprovação do projeto.

No entanto, em suas apresentações, os representantes focaram em outras medidas consideradas positivas, como a autonomia orçamentária e a exigência de uma avaliação de impacto regulatório.

"Todas [as indicações] são políticas. Quem indica é o presidente da República", afirmou Christianne Dias Ferreira, diretora da ANA, após o evento.

Sua nomeação, no fim de 2017, sofreu críticas de parte do setor pela falta de experiência técnica em gestão de recursos hídricos.

Ela rebateu e afirmou que já atuou como subchefe-ad-junta de infraestrutura da Casa Civil. "O antigo presidente da ANA era contador. Nós somos gestores", afirmou.

O projeto também prevê a criação de um processo de pré-seleção, em que candidatos se apresentam e são entrevistados por uma comissão que fará uma lista tríplice para o presidente.

Outra mudança presente no texto é a limitação dos mandatos de dirigentes a cinco anos, sem possibilidade de nova nomeação.

"[A possibilidade de] Ser reconduzido muda o jogo. Às vezes você trabalha para ser reconduzido", afirma Marcelo Pacheco dos Guaranys, subchefe da Casa Civil.

O projeto, originado no Senado, sofreu algumas mudanças em comissão especial da Câmara. O texto ainda deverá passar por votação no plenário para, então, voltar para análise dos senadores.

Uma das mudanças em relação ao texto original mais comemoradas por analistas são os artigos que buscam restringir a influência dos órgãos de controle sobre as agências.

Nesta semana, o TCU publicou um acórdão que autoriza ministros "corrigir" normas editadas pelas agências, "quando verificada ineficácia nas ações de regulação".

"Fazer regulação no Brasil nunca foi tão difícil", afirma Fernando Alfredo Franco, presidente da Abar (Associação Brasileira de Agências de Regulação). Para ele, o embate com o TCU tem gerado insegurança jurídica.

Um artigo do projeto diz que os órgãos de controle não podem alterar decisões das agências ou puni-las.

O segundo impede que dirigentes sejam responsabilizados por decisões tomadas, a não ser em caso de dolo, fraude ou erro grosseiro, com objetivo de evitar punições do TCU.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/08/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Nova fórmula de cálculo pode provocar falta de diesel, diz Petrobras

Rio de Janeiro- A Petrobras tem a avaliação de que a mudança na fórmula de cálculo do preço do diesel para o programa de subvenção inviabiliza importações e gera risco ao abastecimento.

Segundo a estatal, a fórmula proposta pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) vai levar a preços internos menores do que as cotações internacionais.

"Vai inviabilizar a oferta de produto importado no âmbito do programa [de subvenção]", disse o gerente-executivo de Marketing e Comercialização da Petrobras, Guilherme França, em audiência pública para discutir o tema na ANP.

A mudança no cálculo do preço do diesel foi determinada por medida provisória que detalhou a terceira fase do programa de subvenção, criado no fim de maio para pôr fim à paralisação dos caminhoneiros.

A fórmula proposta pela ANP inclui custos de importação, mas, segundo o setor, desconsidera o custo de transporte entre o porto e mercados consumidores.

No dia 11, a agência disse que a nova fórmula reduziria os preços, ao contrário de expectativa do mercado.

Segundo as contas da Petrobras, o preço de referência proposto para as regiões Sudeste e Centro-Oeste está R\$ 0,137 por litro abaixo da paridade de importação (valor para levar o produto importado ao mercado).

Distribuidoras e importadoras também criticaram a proposta. "Os preços de referência estão muito distantes da paridade de importação", disse Sérgio Araújo, que preside a Abicom, que reúne as importadoras.

A estatal e as distribuidoras defendem a manutenção da fórmula atual de preços de referência, definida em maio com base nos valores praticados antes do congelamento do preço.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/08/2018

Seção: Política

Autor: Pedro Venceslau Fabio Leite

Título: Plano de Alckmin prevê mais poderes na Fazenda

Programa. Documento da campanha tucana projeta uma superpasta econômica, que vai centralizar os gastos do governo; texto propõe usar recursos do FAT na área social

A versão final do programa de governo de Geraldo Alckmin, presidenciável do PSDB, prevê ampliar o poder do Ministério da Fazenda concentrando na pasta a implementação de toda a política econômica do País, incluindo o planejamento de receitas e despesas da União. Na prática, em um eventual governo Alckmin, ficará centralizada no futuro ministro da Fazenda a decisão sobre o controle dos gastos (incluindo os investimentos) da administração federal.

O programa de 61 páginas – que deve ser divulgado na segunda-feira e foi obtido pelo Estado – diz que “todas as funções orçamentárias ou com implicações orçamentárias hoje exercidas por vários ministérios devem ser realocadas para o Ministério da Fazenda”, assim como “todas as instituições financeiras oficiais serão subordinadas” à pasta econômica. Historicamente, o Planejamento responde pela gestão do Orçamento, mas o caixa é do Tesouro Nacional, vinculado à Fazenda. Atualmente, discussões sobre o Orçamento – como bloqueios e remanejamentos de recursos – são feitas por junta de execução orçamentária, que reúne os ministérios da Fazenda e do Planejamento, além da Casa Civil.

Quase todos os bancos federais já são subordinados à Fazenda, exceto o BNDES, vinculado ao Planejamento. Mesmo assim, indicações políticas para as chefias dos bancos não costumam ser barradas. Segundo o programa, a concentração da política econômica na Fazenda tem como objetivo “evitar políticas díspares ou conflitantes resultantes de sua divisão entre vários ministérios”. Com isso, o Planejamento vai se concentrar apenas na chamada “Reforma de Estado”, como revisão de carreiras do funcionalismo e adoção da meritocracia.

A pasta mudaria de nome para Ministério da Reforma do Estado. Segundo o professor de economia da Fundação Getúlio Vargas Samuel Pessoa, essa mudança faria com que as divergências de natureza política fossem

encaminhadas para outros ministérios, como ação social, saúde e educação. “Fazenda e Planejamento precisam tratar de temas mais consensuais, que dizem respeito à teoria econômica.”

O capítulo econômico do programa foi coordenado por Persio Arida, que teve carta branca para escolher auxiliares e se tornou o principal interlocutor de Alckmin com o mercado. Seu nome é apontado como o mais cotado para assumir o comando do “superministério” da Fazenda, caso Alckmin seja eleito. O documento diz que vai “completar a privatização da Eletrobrás e suas subsidiárias”, mas descarta privatizar o Banco do Brasil e a Petrobrás, com exceção das atividades de refino e distribuição de derivados de petróleo.

Social.

Outro redesenho proposto é a fusão, no Ministério de Desenvolvimento Social, de todos os programas voltados à redução da pobreza e da desigualdade, como Bolsa Família, Luz para Todos (hoje no **Ministério de Minas e Energia**) e Brasil Carinhoso (Educação). O programa fala em erradicar a pobreza extrema no País com o “Bolsa Família 2.0”.

Os recursos para a ampliação dos programas sociais viriam do pagamento integral da dívida do BNDES com o Fundo de Amparo ao Trabalhador. O BNDES tem R\$ 254 bilhões em recursos do FAT, que é a principal fonte de recursos do banco de fomento para financiamentos.

COLABOROU MURILO RODRIGUES ALVES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/08/2018

Seção: Economia

Autor: Amanda Pupo BRASÍLIA

Título: AGU tenta retomar venda de distribuidoras

A Advocacia-Geral da União (AGU) entrou ontem com um pedido no Tribunal Superior do Trabalho (TST) para que suspenda a liminar que impede o leilão de seis distribuidoras de energia da Eletrobrás (Cepisa, Ceal, Eletroacre, Ceron, Boa Vista Energia e Amazonas Distribuidora). O Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região (TRT-RJ) suspendeu na quinta-feira a privatização das distribuidoras da Eletrobrás no Norte e no Nordeste do País, inicialmente marcada para 30 de agosto.

De acordo com a assessoria do TRT-RJ, a decisão foi tomada pelo órgão especial, que julgou o recurso impetrado pelo sindicato dos trabalhadores da empresa

contra uma decisão do presidente do tribunal, que cassou a liminar concedida em junho aos trabalhadores pela 49.^a Vara do Trabalho, determinando a suspensão da privatização. A Cepisa, do Piauí, foi vendida em julho, mas o TRT-RJ não informou se essa venda também teria de ser suspensa.

Na quinta-feira, advogados dos empregados da Eletrobrás informaram que a decisão do TRT-RJ suspende também todas as etapas que ainda precisam ser feitas para transferir o controle da distribuidora piauiense. Impacto. A liminar concedida pelo TRT determina que a venda das distribuidoras seja paralisada até que a Eletrobrás apresente um estudo sobre o impacto da operação nos contratos de trabalho dos empregados das referidas companhias energéticas. No pedido de suspensão da liminar ao TST, a AGU destaca que as distribuidoras são deficitárias e precisaram receber, nos últimos 20 anos, um aporte de R\$ 30 bilhões da Eletrobrás.

A AGU alerta que, como a estatal não tem mais condições de injetar recursos nas empresas, elas terão de ser liquidadas caso os leilões não sejam realizados. “Caso a companhia não seja capaz de suportar financeiramente os custos de liquidação, poderá a União ser chamada a suportar essa situação”, afirma o órgão na petição. Além disso, a AGU afirma que a liminar “ainda que por poucos dias, produzirá instabilidade com o potencial de afastar o interesse de possíveis interessados” na compra das distribuidoras, “em flagrante prejuízo ao interesse público”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/08/2018

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Petrobrás ataca plano da ANP para diesel

Petroleira e Cade afirmam que proposta do governo para reduzir o preço do combustível pode levar ao desabastecimento e à cartelização

Propostas do governo para reduzir o preço do óleo diesel ao consumidor podem levar ao desabastecimento do combustível e à cartelização dos preços, segundo alertas feitos pela Petrobrás e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A petroleira diz que a proposta de cálculo do subsídio que será pago a partir de setembro inviabiliza a importação e que, sem o produto trazido de fora, vai faltar diesel.

Já o órgão do Ministério da Fazenda chama atenção para o risco de uniformização dos preços se mantida a exigência de que as empresas, incluindo a Petrobrás, divulguem os componentes dos seus preços, como as margens de

lucro. A nova metodologia de cálculo do subsídio do diesel e também a transparência na formação de preços foram propostas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a partir de orientações do governo, e, agora, passam pelo crivo do mercado, em consultas públicas.

Ao propor mudanças no cálculo do subsídio, a agência reguladora buscou incorporar o custo do frete com a importação do diesel para contemplar a reivindicação de empresas comercializadoras que participam desse mercado junto com a Petrobrás. Mas, em documento enviado à ANP, a estatal alegou que a proposta não tem racionalidade econômica e que, em vez de atrair importadores, tende a afastá-los, o que geraria o desabastecimento. “A fórmula proposta tende a inviabilizar a oferta de produto importado e a participação de terceiros não produtores no programa (de subvenção), restringindo a concorrência no mercado.

Adicionalmente, considerando que os agentes (tanto produtores como importadores) só ofertarão produto em bases econômicas e que o balanço nacional é deficitário em diesel, há potencial risco de desabastecimento do mercado”, afirmou a Petrobrás, em contribuição à consulta pública. Ontem, na audiência na sede da agência, o gerente de Marketing e Comercialização da Petrobrás, Guilherme França, disse ainda duvidar “que a diretoria (da estatal) vai autorizar a importação (de diesel) com risco de ter prejuízo”.

Representante dos importadores, a Abicom argumentou da mesma forma. “Nenhum investidor tem segurança de colocar dinheiro nessa condição. Essa proposta pode condenar o Brasil a parar de crescer”, diz Sérgio Araújo, presidente da Abicom. Já a divulgação dos componentes de formação dos preços praticados por todas as empresas que participam do mercado, também proposta pela ANP, pode gerar “uma pressão de preços para cima considerando o maior risco de colusão (formação de cartel)”, afirmou o Cade, em nota técnica enviada à agência reguladora.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/08/2018

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira E Reuters

Título: Petros e Previ rejeitam proposta do Mubadala para comprar Invepar

Fundos afirmaram que termos da oferta foram insatisfatórios; OAS disse que não participa da negociação

Os fundos de previdência dos funcionários do Banco do Brasil (Previ) e da Petrobrás (Petros) rejeitaram a oferta do fundo soberano Mubadala, de Abu

Dabi, para adquirir o controle da empresa de concessões de infraestrutura Invepar. Previ e Petros consideraram os termos da oferta vinculante como “insatisfatórios” e a proposta foi rejeitada por ambos, segundo documentos apresentados ontem. Os dois fundos e a Funcef (dos funcionários da Caixa Econômica Federal) detêm 75,6% da Invepar.

A OAS, também acionista da Invepar com 24,4%, disse que não está envolvida no projeto de venda da participação societária e “portanto não tem conhecimento de eventuais propostas vinculantes recebidas pela Invepar e ou pelos demais acionistas”. Criada em 2000, a Invepar é uma holding que investe em infraestrutura de transportes. Na área de rodovias, detém participação em oito concessionárias, num total de quase 2 mil quilômetros. A empresa também tem importantes concessões de mobilidade urbana no Rio de Janeiro, como MetrôRio, Metrô- Barra e VLT Carioca.

Em 2012, o grupo formou um consórcio com a operadora Aiport Company South Africa e venceu o leilão de licitação do Aeroporto de Guarulhos, o maior do País. Na época, o grupo deu um ágio de 373,5% para arrematar o ativo. Com dificuldades de liquidez e credibilidade abalada por sua ex-sócia OAS, empresa investigada pela Operação Lava Jato e que está em recuperação judicial, a Invepar já foi avaliada pela francesa Vinci e pelo grupo CCR – também envolvido na Lava Jato.

Devolução.

Com o escândalo de corrupção e a crise econômica, a Invepar passou a enfrentar problemas que a levaram a decidir pela devolução da concessão da BR-040, que liga o Distrito Federal ao Rio de Janeiro. A rodovia foi arrematada em dezembro de 2013. Com a crise econômica, a empresa alegou que as projeções de crescimento do tráfego na estrada não se concretizaram.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 18/08/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: AGU tenta suspender liminar contra leilão

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ontem, ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), a suspensão de liminar que impede o leilão das distribuidoras da Eletrobras — Ceal, Eletroacre, Ceron, Boa Vista Energia e Amazonas Distribuidora — e que pode inviabilizar a venda da Cepisa à Equatorial Energia,

em certame realizado em 26 de julho. A AGU alega que as distribuidoras são deficitárias, receberam R\$ 30 bilhões da Eletrobras nos últimos anos e, como a estatal não tem mais condições de injetar recursos, as empresas terão que ser liquidadas, caso os leilões não sejam realizados.

Como a liminar do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ) suspendeu o leilão “até que a Eletrobras apresente um estudo sobre o impacto da venda das distribuidoras no quadro de pessoal”, a AGU argumenta que a legislação brasileira oferece proteção adequada aos contratos de trabalho vigentes. “A manutenção da liminar, ainda que por poucos dias, produzirá instabilidade com o potencial de afastar possíveis interessados” na compra das distribuidoras, justifica a AGU. “Em flagrante prejuízo ao interesse público”, acrescenta.

Além do revés judicial, a venda de uma das distribuidoras — a Amazonas — também teve a data do leilão adiada. Ontem, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulgou no Diário Oficial da União alteração no cronograma. Apenas Eletroacre, Ceron e Boa Vista Energia permanecem com leilão marcado para 30 de agosto, com entrega dos documentos das 9h às 12h de 27 de agosto na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Antes essa data era 23 de agosto. O leilão da Amazonas Distribuidora foi adiado para 26 de setembro.

Também ontem, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), foi designado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) como relator do PLC que destrava o processo de privatização das distribuidoras da Eletrobras. No calendário do Senado, o próximo esforço concentrado deve ocorrer em 28, 29 e 30 de agosto.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 18/08/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Petrobras terá de abrir formação de preços

Todas as empresas da cadeia de combustíveis, como a Petrobras, distribuidores e importadores, terão de divulgar de forma mais detalhada a composição da formação de preços. A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) iniciará na segunda-feira consulta pública para ouvir a sociedade sobre a minuta da resolução que trata da transparência na formação dos preços dos combustíveis, biocombustíveis e gás natural. Na prática, significa que as empresas vão ter que revelar as margens de lucro obtidas com a venda

de cada produto e em cada região do país.

No passado, a Petrobras já se posicionou contra a divulgação da fórmula que usa para definir preços. Para o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, a forma como a estatal divulga a composição dos valores é “imperfeita”. “Depois da greve dos caminhoneiros, chegamos à conclusão de que é adequado trabalhar com mais transparência os preços dos combustíveis”, afirmou.

Oddone ressaltou que a Petrobras domina 98% do mercado de refino no Brasil, competindo com pequenas empresas e importadores. “Como tem posição dominante, apesar de ser estatal, atua de forma independente e busca otimizar seu lucro. A forma como revela a formação de preços é uma média aritmética dos valores praticados nos diferentes pontos e regiões do Brasil. Não ajuda nem a competição, nem ao consumidor entender”, destacou.

Como o país precisa atrair investimentos, a produção vem crescendo e a importação também, Oddone assinalou que a formação de preços precisa ter mais transparência. “Se não atraírmos novos investidores, vamos ficar cada vez mais dependentes”, disse. (SK)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 18/08/2018

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino

Título: Na gangorra de valores, gasolina cai um pouco

Depois do quarto aumento consecutivo no preço da gasolina, a Petrobras anunciou ontem redução de 1,13% nos valores do combustível nas refinarias. O litro, que antes era comprado por R\$ 1,9810, hoje está valendo R\$ 1,9586. Já as cotações do diesel seguem em R\$ 2,0316 o litro, graças a subvenção do governo.

De acordo com o levantamento realizado pelo Correio, apesar de 12 estabelecimentos, dos 30 pesquisados, já terem apresentado diminuição nas bombas, a redução foi mínima. E consumidor que planeja encontrar gasolina a menos de R\$ 4,30 precisa pesquisar bastante. Em alguns locais, o preço do combustível chega a R\$ 4,67, enquanto em postos da Estrada Parque Taguatinga (EPTG), sentido Plano Piloto, é possível comprar o litro da gasolina por R\$ 4,20.

Mesmo com a diminuição, os motoristas não estão satisfeitos com os preços pagos. Para a professora Cleide Rodrigues, 48 anos, a procura por

estabelecimentos mais em conta já não está surtindo efeito na renda da família. “Nós estamos deixando de utilizar o carro. É a única alternativa viável para conseguirmos manter as despesas no orçamento”, contou.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 18/08/2018

Seção: Opinião

Autor:

Título: Energia da biomassa

A geração de energia por meio de biomassa, que é um sucesso em determinadas regiões do país, notadamente nas áreas produtoras de cana-de-açúcar, com a queima do bagaço para mover a indústria açucareira, ganhará novo impulso a partir do próximo mês. Com o incremento do aproveitamento dos resíduos das atividades do agronegócio — causadores de sérios problemas ao meio ambiente se descartados de forma inadequada —, a utilização de combustíveis fósseis, como petróleo e carvão, terá uma queda significativa, diminuindo a emissão de gás carbônico, uma das causas do aquecimento global.

Hoje, o setor responde por 23,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e é responsável por 48% das exportações brasileiras, o que demonstra o grau de eficiência e organização na área. A produção e uso de resíduos e efluentes resultantes dessas atividades não têm o mesmo nível tecnológico e organizacional do agronegócio, o que acaba contribuindo para a degradação ambiental. Ademais, o descarte dos resíduos, muitas vezes realizados de forma equivocada, representa um contrasenso, pois está se jogando fora matéria-prima para a geração de energia limpa.

Na tentativa de reverter esse quadro, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) lançaram um projeto-piloto, em Mato Grosso, estado responsável por mais de 50% do agronegócio no Brasil, que estará disponível, em outubro próximo, a todos os produtores rurais do país. A iniciativa pioneira vai mapear e organizar as informações das biomassas, resíduos e efluentes, com o foco principal na bioeconomia.

A proposta é apontar soluções tecnológicas para a transformação dos resíduos da biomassa — de origem doméstica, agropecuária e industrial —, que podem causar graves problemas ao meio ambiente e à saúde pública, em novos produtos, além de energia limpa. O projeto faz parte da Rede Nacional de

Produtividade e Inovação (Renapi), em apoio às ações voltadas para o desenvolvimento industrial nos estados, municípios e aglomerações produtivas de todo o país.

Do ponto de vista econômico, um dos principais objetivos do sistema proposto é a transformação da biomassa em energia. Atualmente, um grave problema enfrentado pelo Brasil é o deficit da distribuição e da qualidade energética. Estimativas da Associação Brasileira de Engenharia de Produção revelam que cerca de 40% da produção agroindustrial, hoje, são perdidas como consequência da instabilidade de energia, gerando prejuízo de milhões de reais.

O país tem abundância de resíduos vegetais e seu descarte, pura e simplesmente, realmente não é a melhor escolha no momento em que o mundo luta contra a degradação do meio ambiente. Sem contar que sua utilização traz a possibilidade de alavancar a economia nacional, que ainda não se recuperou da forma esperada depois do período longo recessivo.

MME / ASCOM .